

## EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM DOCUMENTOS PÚBLICOS: DADOS DE UMA ANÁLISE QUANTITATIVA<sup>1</sup>

Sara Caram SFAIR<sup>2</sup>  
Marisa BITTAR<sup>3</sup>  
Roseli Esquerdo LOPES<sup>4</sup>

79

**RESUMO:** Este trabalho apresenta os dados quantitativos obtidos até o presente momento na pesquisa “Educação Sexual para Adolescentes e Jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis Federal e Estadual em São Paulo”. Através do método de análise documental, procurou-se levantar e analisar os documentos federais e estaduais, no Estado de São Paulo, que preveem e/ou discutem a educação sexual. O objetivo é esclarecer pontos relacionados à educação sexual e levantar a discussão para torná-la mais conhecida e compreendida, além de analisar de que forma as propostas públicas podem contribuir para a prática de profissionais que se propõe a trabalhar como tema. Os documentos considerados nesta pesquisa são aqueles escritos entre 1990 e 2010, encontrados em arquivos públicos, que preveem e/ou discutem a educação sexual para adolescentes e jovens. Foram encontrados 47 documentos que tratam do tema, sendo 76% dirigidos a profissionais, como forma de incentivar e nortear as ações de educação sexual. Os ministérios que mais propõem o tema são o Ministério da Educação (44,6% do total) e o Ministério da Saúde (36,1%); o governo estadual em São Paulo apresenta apenas três documentos. Considerando a educação sexual como reflexo de como a sociedade, em suas esferas pública e privada, lidam com o tema da sexualidade, percebe-se que este ainda se consiste em um tabu, sendo necessário ampliar o debate público na direção de aprofundar as propostas de ações, além de investimentos na formação dos profissionais responsáveis pela atividade junto a adolescentes e jovens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação sexual. Adolescência e juventude. Políticas públicas.

### Introdução

Este trabalho apresenta os resultados da análise quantitativa da pesquisa de Mestrado *Educação Sexual para Adolescentes e Jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis Federal e Estadual em São Paulo*, iniciada em 2010, em processo de finalização. A proposta foi levantar e analisar os documentos federais e estaduais, no Estado de São Paulo,

<sup>1</sup> Trata-se de um recorte da pesquisa de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos *Educação Sexual para Adolescentes e Jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis Federal e Estadual em São Paulo*. O trabalho está em andamento, previsto para ser finalizada em fevereiro de 2012. A pesquisa prevê, além da análise quantitativa aqui retratada, a análise qualitativa dos documentos.

<sup>2</sup>UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos -SP- Brasil. 13565-905 - saracaram@gmail.com.

<sup>3</sup>UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas - Departamento de Educação. São Carlos - SP - Brasil. 13565-905 - bittar@ufscar.br.

<sup>4</sup> UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos - SP - Brasil. 13565-905 - relopes@ufscar.br.

que preveem e/ou discutem a educação sexual. O objetivo é esclarecer pontos relacionados à educação sexual e levantar a discussão para torná-la mais conhecida e compreendida, além de analisar de que forma as propostas públicas podem contribuir para a prática de profissionais que se propõe a trabalhar como tema. É de extrema relevância conhecer o que preveem para o aprofundamento de pesquisas e melhor fundamentação da prática.

Neste trabalho, apresenta-se brevemente a história da sexualidade e da educação sexual para a adolescência e juventude. É importante esclarecer que o termo adolescência é aqui empregado para referir-se a pessoas na faixa etária entre 12 e 18 anos de idade, como pressupõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e juventude à população entre 15 e 29 anos, como consta na Política Nacional de Juventude (NOVAES et al., 2006). Em seguida, são apresentados os dados preliminares da pesquisa.

### **Histórico sobre a sexualidade e as políticas para a educação sexual**

Para o estudo de como a educação sexual está colocada nos documentos públicos, é de extrema importância compreendermos como a sexualidade humana tem se transformado nos últimos séculos. Segundo Imperatori et al. (2008), a sexualidade está presente em diferentes espaços de atuação estatal e é um tema de intensa controvérsia moral. A forma como a sociedade e o poder público entendem a sexualidade hoje reflete no modo como a educação sexual é proposta pelo Estado e é resultado de variados processos históricos.

Diferentes autores estudados (CHAUÍ, 1985; FOUCAULT, 1988; VITIELLO, 1995; ALTMANN, 2005; BRANDO, 2007; BONFIM, 2009) colocam o século XVII como o início de uma nova concepção de sexualidade. Até então, as crianças aprendiam na convivência com os adultos a se comportarem como tal e o sexo não era um assunto velado, mas sim um aspecto da vida adulta a ser tratado e discutido naturalmente.

Foucault (1988, p.12) coloca o referido século como o início da época da repressão, típica das sociedades burguesas. O sexo passa a ser considerado incompatível com a colocação no trabalho, geral e intensa, pois a mão de obra não poderia dissipar sua energia com prazeres, exceto se dirigido à reprodução. E o falar sobre, até então permitido, é gradativamente reduzido ao silêncio, tornando-se um assunto solene, a ser discutido entre íntimos ou, em certos casos, com profissionais. O autor coloca que é por isso que “[...] há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose.”

Quanto à infância, é no decorrer do século XVII que passou a ser vista como pura, sempre dentro de um contexto religioso. A prática do sexo passou a ser vista como pecaminosa e apenas falar sobre consistia uma falta grave. A educação valorizada, então, era aquela que conservava a inocência pueril através da manutenção da ignorância. A mera curiosidade infantil era reprimida, desaparecendo a liberdade de linguagem entre crianças e adultos, alunos e professores (FOUCAULT, 1988; VITIELLO, 1995).

A Igreja Católica é, neste momento, a instituição mais repressora, classificando qualquer fato ou teoria relacionado ao sexo como pecado. É quem primeiro realiza uma atividade de educação sexual, com base em seus dogmas para a produção de discursos sobre o sexo, sobre certo e errado, submetendo os desejos à confissão, ao crivo da palavra. Todo bom cristão deveria confessar seus pecados da carne ao menos uma vez por ano (FOUCAULT, 1988; BONFIM, 2009).

Foucault (1988) coloca que essa repressão surgida entre os séculos XVII e XVIII não impede que se fale sobre sexo. Na realidade, define-se onde, quando, o que e com quem pode ser conversado, dentro da moralidade e da decência.

A partir do final do século XVIII, a área médica começa a analisar e classificar, através de pesquisas quantitativas ou casuais, em um esforço para gerir e inserir em um sistema de utilidades tudo que se refere ao sexo e à sexualidade, buscando padronizações, benéficas à sociedade. Com a Revolução Industrial e o conseqüente aumento populacional, a sociedade percebe que seu futuro e fortuna estão intimamente ligados à conduta sexual individual, que se torna alvo de análises e intervenções, com o interesse do Estado em saber o que se passa com o sexo dos cidadãos, o uso que dele fazem e como controlar sua prática (FOUCAULT, 1988).

No século XVIII, na França, a educação e a sexualidade são, pela primeira vez, relacionadas e a sexualidade das crianças e, especialmente, dos adolescentes, torna-se preocupação escolar. O intuito era a repressão, em um caráter anti sexual. No início do século XIX, os estudos acerca da sexualidade humana estão no arcabouço das preocupações de filósofos, médicos, educadores e políticos. A educação sexual de então existe para a manutenção da ordem econômica vigente e para anular os riscos ao desenvolvimento, como um princípio regulador da população, de intervenção e de controle (ALTMANN, 2005; BRANDO, 2007; BONFIM, 2009).

No Brasil, a preocupação com as questões de saúde, higiene e reprodução surge com o aumento da população urbana, no século XIX. A medicina passou a ter o papel de regulamentar a atividade sexual, classificando desejos e práticas em normais e anormais,

segundo a ordem moral e racional. O sexo passa a ser um problema clínico e de saúde, deixando de ser responsabilidade apenas de moralistas e da religião. O aumento no número de estudos sobre o tema deve-se à crença de que, quanto mais se conhece, melhor se controla o comportamento sexual da população (CHAUÍ, 1985; ALMEIDA, 2009; BONFIM, 2009).

Segundo Almeida (2009, p.23),

Desde o início do século XX, a necessidade de se pensar a Educação Sexual no âmbito escolar já é reconhecida [...] Observa-se no cenário das políticas públicas brasileiras sucessivas tentativas de inclusão da temática “educação sexual” no contexto escolar.

Essa educação sexual prevista pelo Estado estaria voltada para o controle e cura de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a sífilis, que se disseminava em todas as classes sociais, além de procurar gerenciar a natalidade (ALMEIDA, 2009; QUARTIERO, 2009).

Nas primeiras décadas do século XX surge a sexologia, campo do saber médico voltado para pesquisas acerca da sexualidade. Os livros e discursos produzidos a partir de então carregam claramente a intenção de controle populacional, baseado no discurso higienista (QUARTIERO, 2009).

Na década de 1920, acontecem importantes discussões acerca de um programa de educação sexual, aprovado no Congresso Nacional de Educadores de 1928. Mas, devido à pressão da Igreja Católica, à falta de conteúdos e métodos para abordar o assunto, além de ações punitivas aplicadas a professores que tentavam abordar o tema, o programa não foi implementado (ALTMANN, 2005).

Entre as décadas de 1930 e 1960, as discussões sobre o assunto avançaram pouco, deslocando o campo discursivo para a área médica. Os “desvios sexuais” deixam de ser considerados crime e passam a ser concebidos como doenças. A escola, considerada um espaço de intervenção preventiva da medicina higiênica, deveria cuidar da sexualidade dos alunos para construir comportamentos normais (ALTMANN, 2005; BRANDO, 2007).

Na segunda metade do século XX, acontecem significativas mudanças culturais e comportamentais no mundo, levando a reflexões acerca de valores sociais, sexuais e morais. O movimento feminista, por exemplo, luta e alcança maior independência e autonomia às mulheres e surgem os anticoncepcionais, que conferem maior liberdade de expressão da sexualidade. Consequentemente aumenta a inquietação com a educação sexual de adolescentes e jovens, mas o golpe militar de 1964 censura os movimentos sociais e os

comportamentos sexuais, e o falar sobre passa a ser proibido. Algumas experiências aconteceram, mas sempre com curta duração (BRANDO, 2007; ALMEIDA, 2009).

Em meados da década de 1970, a questão do controle de natalidade faz ressurgir a discussão sobre a educação sexual, levando à elaboração de novos projetos legislativos voltados ao tema. Em 1976, a posição oficial brasileira confiava à família a função da educação sexual, porém permitindo que as escolas adotassem projetos para abordar questões de sexualidade com seus alunos, na disciplina de Biologia. Falava-se, então, de questões biológicas e médicas, privilegiando os aspectos anatômicos, sem abordar comportamentos e valores sexuais (ALTMANN, 2005; BRANDO, 2007; ALMEIDA, 2009).

A década de 1980 foi particularmente agitada quanto às questões ligadas ao sexo. Os movimentos sociais, especialmente o feminista, lutam para que os casais e, principalmente, as mulheres, pudessem ter direito à saúde e à autonomia quanto ao número de filhos. A pressão sobre o governo federal é para a formulação de políticas de planejamento familiar. Em 1984, é criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), fruto da articulação do movimento de mulheres frente à forma como se dava a assistência à saúde, que apenas reiterava uma predisposição feminina à reprodução, como se não existissem outras necessidades. Esta percepção da integralidade feminina faz com que ela deixe de ter apenas a possibilidade de ser mãe, passando a ser cidadã com a opção de maternidade (BUGLIONE, 2002).

Também na década de 1980, surgiu a epidemia do vírus da AIDS e o aumento no número de casos de gravidez na adolescência, trazendo à tona novamente a relevância da educação sexual, não mais voltada para o controle demográfico. A abordagem mais defendida, inspirada pelas mudanças no setor da saúde para um modelo descentralizado e universal e pelos direitos reprodutivos<sup>5</sup>, passa a ser preventivista e não mais biológica e assistencialista. O Estado assume a responsabilidade de, junto com a família e com a sociedade, garantir acesso à informação e à saúde para crianças e adolescentes com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, mas, no que tange à educação sexual, nem a Constituição nem o ECA abordam o assunto (PIROTTA; PIROTTA apud SCHOR; MOTA; BRANCO, 1999; ALMEIDA, 2009; QUARTIERO, 2009).

---

<sup>5</sup>Segundo Quartiero (2009), o termo *direitos reprodutivos* surgiu pela primeira vez em 1984, no IV Encontro Internacional Mulher e Saúde, em Amsterdã. Em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, e em 1995, na Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, foi incluído o conceito de *direitos sexuais*. Os direitos reprodutivos e sexuais passaram a ser considerados Direitos Humanos em 1999, no Congresso Mundial de Sexologia, em Hong-Kong. A educação sexual é, também, um direito humano básico, desde 1990, após a Declaração de Valência sobre Direitos Sexuais.

Frente à epidemia da AIDS, organismos oficiais como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual no início dos anos 1990. A epidemia escancarou a necessidade de mudança no discurso sobre o sexo, classificado como impuro, e da educação sexual, que procurava conter a prática sexual pré-matrimonial. Surge o conceito de sexo seguro, ou seja, aquele preferencialmente heterossexual, com penetração vaginal, segundo critérios sanitários, principalmente porque a AIDS foi considerada, no início, como a doença dos homossexuais (QUARTIERO, 2009).

Na segunda metade dos anos 90, a homossexualidade começa a ser desmistificada, principalmente quanto à AIDS, doença para a qual deixam de existir grupos de risco. Nas propostas de educação sexual, o preconceito e a discriminação contra homossexuais, travestis, transexuais, além das questões de gênero, passam a ser discutidos. O conceito de sexo seguro também foi modificado, passando a significar o uso de proteção contra doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada (QUARTIERO, 2009).

A questão a ser discutida atualmente na educação sexual ultrapassa a sexualidade, inserindo reflexões acerca do respeito às escolhas próprias e às do outro e da autonomia como fundamentais, procurando não apenas a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis de gravidez indesejada, mas também a diminuição de atitudes discriminatórias quanto ao gênero e orientação sexual.

## **Apresentação dos resultados**

### **Metodologia**

Os dados aqui apresentados são essencialmente quantitativos. A pesquisa está em processo de finalização e algumas conclusões já podem ser apresentadas.

Foi empregado o método de análise documental, delimitando que seriam levantados documentos escritos, oficiais (apenas aqueles escritos pelos governos federal ou estadual, no Estado de São Paulo) e encontrados em arquivos públicos. O ano de publicação deveria compreender o período entre 1990 e 2010, circunscrevendo vinte anos de atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O primeiro critério de seleção foi conter as palavras chave adolescente/adolescência e/ou jovem/juventude. Neste primeiro momento, foram levantados 106 documentos, nos seguintes órgãos públicos:

- Federais:
  - Ministério da Educação – MEC;
  - Ministério da Saúde – MS;
  - Sec. Especial de Políticas para Mulheres – SEPM;
  - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
  - Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CNSS;
  - Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes ;
  - Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA;
  - Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE;
  - Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
  - Min. Trabalho e Emprego – MTE;
- Estaduais:
  - Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo – SES;
  - Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS;
  - Secretaria Estadual de Educação – SEE.

O levantamento foi feito no decorrer do ano de 2010, nos seguintes arquivos públicos:

- Biblioteca Comunitária – Universidade Federal de São Carlos;
- Biblioteca Central – Universidade de Campinas;
- Endereços eletrônicos dos órgãos públicos

Destes 106 documentos, optou-se por eliminar anais de eventos, por não corresponderem, necessariamente, a propostas de ações. Foram eliminadas, também, as leis e projetos de leis, por se referirem a propostas acessadas em outros materiais. Restaram, então, 80 documentos.

Todo esse material passou pelo processo aqui denominado de análise quantitativa. Neste processo, as palavras chave utilizadas foram educação sexual, sexo e/ou sexualidade, reduzindo o número para 47. Neste momento, foi possível responder às seguintes questões:

- Qual o órgão público responsável por cada documento;
- A quem se dirige o material: à população em geral ou aos profissionais;
- Quais seus objetivos gerais;
- Apresenta alguma conceituação de adolescência e/ou de juventude;
- Para qual faixa etária sua ação se dirige.

A análise qualitativa do material está em andamento. Parte-se do princípio da educação sexual como integrante dos direitos sexuais e reprodutivos, que passaram a ser compreendidos como um direito humano básico em 1994, na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento. É primordial que existam políticas que viabilizem a garantia desses direitos, visto que sua prática é capaz de promover o respeito e a autonomia em adolescentes e jovens (BUGLIONE, 2002). A expectativa é encontrar respaldo para a prática profissional em educação sexual a partir da concepção do poder público acerca de tão relevante assunto.

### **Discussão dos resultados**

O período considerado, de vinte anos, apresenta 47 documentos com as palavras chave educação sexual, sexo e/ou sexualidade. O ano com maior número de material é 1998, que concentra 29,8% dos documentos devido à publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apresentam a educação sexual, chamada no documento de orientação sexual, como tema transversal de todas as disciplinas. Assim, de 14 documentos, 13 referem-se aos PCNs, e o restante é uma publicação do Ministério da Saúde, *Aids no Brasil: um esforço conjunto governo – sociedade*.

Outro dado relevante é quanto ao baixo número de documentos estaduais em comparação com os federais: dos 47 documentos, apenas três são da esfera estadual e, portanto, 44, ou 93,6%, são federais. Destes, a maioria foi formulada pelo Ministério da Saúde, seguido do Ministério da Educação. Juntos, compreendem 38 documentos, ou 86%. Percebe-se que alguns dos documentos federais delegam aos estados a responsabilidade de cobrar sua execução por parte dos municípios. Ou seja, o financiamento e a gestão são descentralizados, sendo responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal. Dessa forma, o estado de São Paulo não publica proposições, mas age, ou deveria agir, baseado nos documentos publicados pelos órgãos federais.

Quanto ao público a quem se dirigem os documentos, 76,6% foram escritos para os profissionais, com o objetivo de capacitá-los para lidar com questões ligadas à sexualidade em projetos e programas federais e estaduais e incentivar a aplicação das propostas, além de abordar como adolescentes e jovens devem ser acolhidos durante atividades de educação sexual, em grupo ou individualmente. O restante, 23,4%, é dirigidos à população em geral, ou seja, a adolescentes, jovens e adultos responsáveis, e compreendem seis campanhas, duas

cartilhas e três materiais para divulgação de planos nacionais que envolvem a sociedade. Neles, a proposta é de instruir através de material educativo, promovendo, principalmente, o uso de preservativos masculinos. No caso dos planos nacionais, o objetivo é estimular a sociedade a agir em conjunto com o governo no enfrentamento a situações específicas, como contra a homofobia e doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

Os documentos levantados se dirigem ou preveem ações a adolescentes e a jovens. Percebemos, entretanto, certa confusão conceitual quanto ao público referido. No caso da adolescência, tal confusão é menor, provavelmente por estar definido claramente no ECA que designa pessoas entre 12 e 18 anos de idade. Mas o termo juventude é utilizado para se referir a diferentes populações. Apenas cinco documentos, ou 10 %, diferenciam e definem adolescentes e jovens, tornando claro a quem suas ações se dirigem. Em 23%, a diferença está implícita e são tratados de modo distinto, referindo-se às populações como adolescente e jovem, ou seja, entende-se que existem duas categorias: aquela composta por adolescentes e outra composta por jovens, mas isso não fica claro. Em 17%, são utilizados os dois conceitos como sinônimos.

Quando a faixa etária está explícita e classificada como juventude, percebemos que não é utilizado um critério etário único, como acontece com a adolescência. Por exemplo, no documento do Ministério da Educação *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*, o termo adolescência não aparece, sendo utilizado apenas juventude. Entretanto trata-se do ensino fundamental ciclo II, onde encontramos crianças e adolescentes, entre 11 e 15 anos (BRASIL, 1998). Em outro documento, também do MEC, *Parâmetros Curriculares Nacionais Mais Ensino Médio*, nos dois volumes listados, novamente o termo utilizado é juventude, mas para a faixa etária entre 15 e 18 anos (BRASIL, 1997). Percebemos, com esses dois exemplos, que o termo é inexato, não define uma população única, o que pode causar conflitos na aplicação das propostas.

Ressalta-se que os documentos estão em análise qualitativa, procurando apreender como abordam a questão da educação sexual, nos últimos vinte anos. Parte-se do princípio da educação sexual como integrante dos direitos sexuais e reprodutivos, que passaram a ser compreendidos como um direito humano básico em 1994, na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento. É primordial que existam políticas que viabilizem a garantia desses direitos, visto que sua prática é capaz de promover o respeito e a autonomia em adolescentes e jovens (BUGLIONE, 2002). A expectativa é encontrar respaldo para a prática profissional em educação sexual a partir da concepção do poder público acerca de tão relevante assunto.

## **SEXUAL EDUCATION FOR TEENAGERS AND YOUNG PEOPLE AT PUBLIC DOCUMENTS: DATA FOR A QUANTITATIVE ANALYSIS**

**ABSTRACT:** *This research shows quantitative data obtained until now in the project “Sexual education for teenagers and young people: what predict the public documents in Federal and state levels in São Paulo?” Using document analysis method, federal and São Paulo state documents that predict and/or discuss sexual education were gathered and analyzed. The aim was clarify items related to sexual education and promote the discussion about this theme to divulgate it, and analyze how public proposals may contribute to the practices of professionals that work with this theme. This research considers documents written between 1990 and 2010, found in public archives, and that discuss sexual education for teenagers and young people. 47 documents were found and, among them, 76% were made to professionals to encourage the sexual education for teenagers and young people. The governmental departments that most promote this theme were the Brazilian Education Department (44.6%) and Brazilian Health Department (36.1%); the São Paulo state had only three documents. Considering the sexual education as a reflection about how society (considering public and private sphere) deal with the theme “sexuality”, it is clear that this theme is a taboo. Therefore it is necessary to expand the public debate to develop the action proposals, and investments in professional formation responsible to teenagers and young people.*

**KEYWORDS:** *Sexual education. Adolescence and youth. Public policies.*

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, S. A. **Orientação sexual nas escolas:** seria possível se não incomodasse? 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, p.575-585, 2005.

BONFIM, C. R. S. **Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas:** contradições, limites e possibilidades. 2009. 267f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BRANDO, M. F. **Impedimentos subjetivos na atividade do professor em aulas de orientação sexual.** 2007. 67f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997. (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, v.1).

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente.** São Paulo: Cortez, 1990.

BUGLIONE, S. (Org.). **Reprodução e sexualidade**: uma questão de justiça. Porto Alegre: Themis Safe, 2002.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa des(conhecida). 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 11.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

IMPERATORI, T. et al. Qual diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. p.01-07. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Imperatori-Lionco-Diniz-Santos\\_40.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Imperatori-Lionco-Diniz-Santos_40.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2010.

NOVAES, R. C. R. et al. (Org.). **Política nacional de juventude**: direitos e perspectivas. Fundação Perseu Friedrich Ebert, São Paulo, 2006.

QUARTIERO, E. T. **A Diversidade sexual na escola**: produção de subjetividade e políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHOR, N.; MOTA, M. S. F. T.; BRANCO, V. C. (Org.). **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

VITIELLO, N. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v.6, n.1, p.15-28, jan.-jun. 1995.